

MARIA CARRILHO *

O 25 DE ABRIL DE 1974
E O PAPEL POLÍTICO DOS MILITARES

— UMA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA —

1. Um dos temas objecto de mais perdurável, generalizada e emotiva discussão, no panorama da fértil e por vezes desconcertante produção da realidade política portuguesa na última década, tem sido o do papel político e social dos militares.

Se, nos meses imediatamente sucessivos aos acontecimentos de 25 de Abril de 1974 não se levantavam vozes discordantes — ou por temor, ou por esperança de cooptação — em relação à inicialmente prevista participação temporária dos militares na condução do processo político de instauração da democracia, já à medida que as várias forças sociais e políticas foram implantando e consolidando as suas representações orgânicas (partidos, sindicatos, associações patronais, etc.), o papel dos militares na cena política se foi tornando cada vez mais motivo de controvérsia.

No complexo e tergiversante percurso da luta entre as diferentes forças políticas, que incluiu a redistribuição do poder político-militar, podemos distinguir alguns marcos — heterogéneos — fundamentais: as eleições para a Assembleia Constituinte, em Abril de 1975; a movimentação militar de 25 de Novembro de 1975; a aprovação da Constituição de 1976; a revisão constitucional de 1982 e a decorrente extinção do Conselho da Revolução. Actualmente, cumprida a «normalização» formal do relacionamento civil-militar segundo requisitos do modelo democrático-parlamentar, nem por isso se pode considerar en-

* Professora do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

cerrada a «questão militar» no nosso País. Comprovam-no as recentes tomadas de posição sobre a condição militar ou civil dos candidatos à Presidência da República, atribuindo-se, geralmente, a tal alternativa, um significado mais substancial do que simbólico.

No entanto, a discussão sobre o papel dos militares na cena política raramente tem superado o nível formalista e político-voluntarista, como se o molde das disposições legais fosse suficiente para enformar e conter a influência da instituição militar. Esquece-se, em geral, que é necessário ter em conta quais são as circunstâncias económicas, políticas e sociais que garantem a prevalência das modalidades de regulação dos conflitos próprios das actuais democracias parlamentares e quais são as que conduzem à inutilidade e inutilização desse mesmo mecanismo e a soluções ditatoriais — o que não significa, necessariamente, militares.

2. As divergências sobre o que tem sido e qual deve ser o papel dos militares não se extinguem na confrontação de pontos de vista entre civis, por um lado, e militares por outro, manifestando-se por vezes com evidência em cada um destes sectores. No seio das Forças Armadas têm, com efeito, existido diferentes perspectivas sobre o papel próprio da instituição militar no seu conjunto, e do cidadão profissional militar individualmente considerado. Neste plano, para evitar o risco de globalizações explicativas reducionistas, não podemos deixar de ter em conta, para além dos factores socialmente mais extensivos, a questão da influência do factor institucional-profissional na estruturação das percepções de interesses por parte dos militares, e na articulação do jogo de forças entre as várias perspectivas militares sobre a questão. A este propósito convirá, no entanto, referir, no campo sociológico e politológico, a existência de duas perspectivas discordantes. A primeira, por ordem cronológica, e que recolheu significativo sucesso inicial, tem sido defendida por Samuel Huntington, considera que através do «controlo civil objectivo» — ou seja, formal, dirigido — e da acentuação do profissionalismo militar é possível tornar os militares «politicamente estéreis e neutros» (Huntington, 1957: 83).

A segunda corrente — aquela que hoje conta maior número de consensos entre os sociólogos — move-se a partir dos dados dos últimos vinte anos para chegar a formulações diferentes. É um europeu, Bengt Abrahamsson, quem elabora as críticas mais circunstanciadas às teses de Huntington sobre a possível «esterilização política» dos militares. Argumenta, aquele autor, do seguinte modo: visto que a profissionalização militar implica

a existência de uma instituição social complexa, bem organizada e eficiente, e que envolve um processo de socialização profissional com interiorização de normas, valores e comportamentos, cria uma mentalidade e uma consciência de corpo, o que significa que os militares não podem ser indiferentes, objectivos e neutros servidores do Estado (Abrahamsson, 1972). Por seu lado, Sam Sarkesian põe mesmo em causa a clássica imagem da interacção entre sectores militar e civil, baseada na demarcação de fronteiras e de competências e no pressuposto de que as Forças Armadas deveriam ser apolíticas e completamente subordinadas ao controlo civil. As realidades das últimas décadas exigem, segundo o mesmo autor, uma cuidadosa revisão conceptual. Também recentemente, I. L. Horowitz, perante a importância nacional assumida pelos militares principalmente nos países do Terceiro Mundo, formula a hipótese de que não nos encontramos perante uma anomalia, perante um aspecto resultante de crises de legitimidade do poder, mas de novas formas emergentes de poder institucionalizado (Horowitz, 1982). Segundo outro autor, Claude Welch, o relacionamento entre o poder próprio das autoridades militares e o poder que detêm as autoridades civis deverá ser considerado como um *continuum*, que vai desde a *influência* militar, em situações em que o controlo geral se encontra nas mãos de sectores civis, passando pela *participação* dos militares no exercício do poder, até ao *controlo* por parte dos militares, com ou sem presença de civis no governo. Não se trataria, hoje, de saber se as Forças Armadas têm ou não influência na política mas *quanto e de que modo* (Welch, 1976).

Pelo que diz respeito à intervenção militar explícita no curso da política interna, a acumulação de exemplos históricos, principalmente ao longo das últimas décadas, tem vindo a tornar cada vez mais evidente a complexidade do fenómeno, confirmando a necessidade de endereçar-nos para um ulterior aprofundamento dos factores ligados às próprias Forças Armadas. Segundo investigações conduzidas por vários autores, ao procurar as motivações interventistas devemos ter presentes factores de ordem organizacional e profissional, para além da origem de classe, estatuto social e atitudes próprias dos militares. As características da organização militar enquanto organização burocrática — ou seja, procura de racionalidade no processo de decisão, critérios standardizados de progressão nas carreiras, ordem fortemente hierarquizada dos cargos e postos, etc. — contribuiriam para formar uma tendência para a intervenção, principalmente nos países menos industrializados, onde as Forças Armadas se consideram o grupo mais preparado, organizado e

moderno. Nomeadamente, o princípio hierárquico é fundamental, porquanto se refere ao aspecto da obediência às ordens dos superiores imediatos e directos. Daí resulta a especial importância efectiva dos oficiais que ocupam postos intermédios, como os capitães e os majores, a cujas ordens, no decurso de um golpe, os soldados geralmente obedecem, mesmo contra as ordens dos oficiais de grau mais elevado. A acção do 25 de Abril apresenta, aliás, exemplos que confirmam esta tese.

Por seu lado, o profissionalismo — com as suas inerências de autonomia, exclusividade e competência específica — tem influído na efectivação de golpes de estado, geralmente estimulado, ainda que inconscientemente, pela interferência civil. A intromissão do sector civil-governativo na esfera de autonomia e exclusividade tradicionais dos militares — segundo circunstanciada investigação conduzida por Eric Nordlinger — provoca geralmente perturbações nas carreiras de muitos oficiais, baixa o nível de competência específica e deforma a estrutura de comando estabelecida, circunstâncias que vão contra os interesses dos militares enquanto grupo profissional (Nordlinger, 1977).

3. À luz dos conhecimentos actuais, devemos, portanto, interpretar as grandes linhas do comportamento político dos militares tendo em consideração, para além das variáveis externas ou contextuais, as variáveis internas, ou intrainstitucionais. A análise dos factores institucionais pode contribuir grandemente para iluminar a questão do 25 de Novembro de 1975 e do progressivo afastamento das Forças Armadas da cena da política contingente — o que não significará, porventura, que os militares se terão tornado politicamente estéreis, e sejam neutros e objectivos servidores do Estado.

Necessário seria, porém, proceder a uma investigação aprofundada, para avançar formulações interpretativas sociologicamente válidas sobre o papel dos militares ao longo da última década. Limitar-me-ei, com base em investigação já realizada (*), a resumir — no plano institucional e do relacionamento civil-militar — os aspectos mais relevantes no processo conducente à intervenção militar de 25 de Abril de 1974.

(*) Investigação sobre «Forças Armadas e mudança política em Portugal no século vinte» — título do volume no prelo na Imprensa Nacional. Agradeço à editora ter autorizado a publicação do resumo de parte das conclusões, assim como dos quadros anexos ao presente texto.

a) Convém, primeiramente, ter em conta a natureza da ditadura promovida por Salazar. Para tal é necessário recuar a fins dos anos vinte e aos anos trinta, altura em que se desenrola uma luta subterrânea, mas nem por isso menos inexorável, entre Salazar e certos sectores dos militares participantes no Movimento de 28 de Maio, pelo controlo das Forças Armadas e pela condução do poder político-militar, e que resultou plenamente favorável ao homem de Santa Comba. Este efectivou a subordinação das Forças Armadas através de um esquema de múltiplo controlo. Por um lado, através de legislação que limitou a dimensão e os poderes do foro militar: diminuição dos efectivos dos Quadros Permanentes; sistema de promoções que permitia a introdução de critérios informais e subjectivos; colocação do Estado-Maior em corpo separado no conjunto das Forças Armadas. Contemporaneamente era assegurada a concentração, na figura do presidente do Conselho, de poderes pessoais a nível máximo de direcção e presidência dos organismos militares e de defesa nacional mais importantes: Conselho Superior de Defesa Nacional; Conselho Superior de Direcção da Guerra; Conselho Superior Militar; Comissão de Estudo da Defesa Nacional; Comissões de Estados Maiores do Exército e da Marinha; Secretaria Geral de Defesa Nacional e — no período, decisivo para a afirmação do projecto de Salazar e do fascismo na Península, em que ocupou o cargo de ministro da Guerra (1936-44) — Conselho Superior do Exército, por onde passavam, nomeadamente, as promoções ao generalato.

Por outro lado, de forma a conseguir a coincidência ideológica das élites militar e política, procedia-se à selecção dos oficiais através da vigilância da polícia política. Com efeito, a informação policial sancionava até a admissão dos jovens candidatos às escolas superiores militares — numa idade em que, dificilmente, o individuo tem o seu pensamento político já estruturado.

São também criadas, em 1936, organizações paramilitares — a Mocidade Portuguesa, que tentava, sem sucesso, copiar a Hitler Jugend, e a Legião Portuguesa — e que, aliás, interferindo em campos de competência próprios das Forças Armadas (instrução militar, mobilização de recursos), nunca conseguiram grande aceitação no sector militar.

Indicadores utilizados na investigação que conduzimos (quantitativos de oficiais dos Quadros Permanentes [Quadros I, II e III]; número de generais e tempos de permanência no generalato [Quadro IV]; presença de militares nos governos [Quadro V]), confirmam que a preponderância dos militares, verificada em finais dos anos vinte vai decrescendo à medida

que se consolida a governação de Salazar. O peso e a influência dos militares nas zonas de decisão do poder foi diminuindo ao longo de quase três décadas.

Sobre a questão fundamental da natureza — militar ou civil — do regime dirigido por Salazar conclui-se que não subsistem argumentos para o classificar de ditadura militar, como fazem autores como Nolte e Poulantzas. Era uma ditadura civil-policial.

b) O modelo totalitário de relacionamento civil-militar inicia a sua fase declinante com a integração de Portugal na NATO. Da entrada do nosso País para a Aliança Atlântica resultam efeitos contraditórios: a nível político, facilita a aceitação internacional do regime dirigido por Salazar, constituindo um duro golpe para a oposição portuguesa de então. A nível militar, as consequências são múltiplas, e vão contribuir para a deterioração do controlo governativo sobre as Forças Armadas: aumento do nível de *demands* de eficiência organizacional, que passa pelo crescimento do Corpo de Oficiais (o que torna mais difícil a vigilância policial), e pela prevalência de critérios mais objectivos nas promoções (o que contraria a selecção informal ideológica); contactos dos oficiais com realidades políticas de várias democracias ocidentais (o que lhes permite estabelecer comparações desfavoráveis ao regime vigente em Portugal. Humberto Delgado, por exemplo, fôra distinguido com o título de Piloto da Força Aérea norte-americana.

c) A partir do início dos anos sessenta, a guerra colonial vai repercutir-se profundamente a todos os níveis institucionais e do relacionamento civil-militar. Do ponto de vista *organizacional* coloca-se de forma cada vez mais aguda o problema do aumento do número de oficiais de grau intermédio, necessários para enquadrar as tropas em África. Esta carência, que se acentua com o tempo, chega ao ponto de pôr em risco a normal reprodução dos Quadros, principalmente no Exército. Recorre-se, assim, à utilização crescente de oficiais milicanos, que resulta dilemática para a própria política de solução militar dos conflitos coloniais.

No âmbito da *profissão* militar regista-se, no mesmo período, grandes embates. Reemerge a exigência contextual de valorização da componente heróica; a *leadership* deixa de ser imposta apenas a partir de cima para passar a definir-se também e principalmente no terreno de combate; as carreiras de tipo rotineiro deixam de fazer sentido. O profissional das armas, que inicia os seus estudos nos começos dos anos sessenta e

adquire a sua prática militar nos teatros de operações, não pode deixar de apresentar as marcas dessa circunstância. Nomeadamente, desenvolvem-se-lhe as aptidões operacionais e as capacidades pessoais de chefia sobre as tropas.

Por outro lado, a sociedade englobante apresenta aos olhos dos militares o que poderíamos designar de moral dupla: uma, que é a do dever do sacrifício em defesa da pátria e dos territórios que se diz constituírem-na, para uso dos militares, sobretudo em África; outra, prevalente no Portugal europeu, cada vez mais marcada pelos valores do mercado e do consumo.

Em África, os militares constataam a impossibilidade de vitória militar, ou seja, a perigosidade da ética do sacrifício «à outrance» das Forças Armadas aos desígnios dos governantes.

Como se tem verificado noutras guerras, a guerra colonial mantida por Portugal viera causar, por um lado, o enfraquecimento do peso da socialização profissional, já durante a frequência da Academia Militar, não pelo que dizia respeito à aprendizagem dos aspectos técnicos mas em relação a normas e valores, pois que se tornava necessário privilegiar critérios pragmatistas na formação de oficiais; por outro lado, a situação de combate provoca sempre diluição das normas e etiquetas, distintivas e isolantes. Estas circunstâncias proporcionam mais probabilidades de influência, sobre os oficiais, não só do imediato contacto social como também das origens sociais.

As origens sociais dos oficiais que maiormente se empenham nos acontecimentos de 25 de Abril de 1974 (ou seja, os que iniciaram os seus cursos entre 1960 e 1964) apresentam em relação ao passado uma maior representatividade nacional, seja em termos de componentes rural e urbana e distribuição regional, seja em termos de proveniência de classe. Predomina, contudo, a pequena burguesia (tradicional e, sobretudo, a nova pequena burguesia). A auto-reprodução institucional atinge os níveis mais baixos desde o início do século — ou seja, 16,3% de filhos de militares no Exército, quando, nos anos vinte-trinta a percentagem era de 59,6%. Apresenta-se, portanto, notavelmente diluída essa característica das situações de casta.

Consideremos seguidamente a área específica das relações civil-militares.

Derrotada em Abril de 1961, de forma discreta e eficaz, a tentativa palaciana de intervenção modernizadora, dirigida pelo então Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, Júlio Botelho Moniz, Salazar consegue, nos inícios da guerra em África, nova reafirmação do seu poder pessoal, e uma considerável mobilização de alguns sectores nacionais em vista da acção militar que muitos supunham rápida e decisiva.

Com a escalada da guerra, porém, a correlação efectiva das forças civis e militares na área do poder vai sofrendo uma transformação significativa. As Forças Armadas que se deparam à governação de Marcelo Caetano tinham extravazado do molde imposto por Salazar: os seus efectivos (Quadros Permanentes) são muito mais numerosos (Quadros I, II e III), a elite militar é mais vasta e mais forte — maior número de oficiais generais e tempos mais longos de permanência no generalato (Quadro IV) —, o peso das despesas militares é fortemente acrescido (Quadro VI). Em suma, o sector militar é materialmente mais poderoso no conjunto do Estado, e o aspecto militar torna-se fundamental na política do Governo. Este importante processo de transformação estrutural parece, no entanto, passar despercebido aos novos governantes e às velhas forças que representavam.

Quando, no Verão de 1973, se verifica a interferência governativa sobre uma questão tradicionalmente pertencente à esfera de autonomia militar — a carreira e a preparação profissional — não se trata de uma controvérsia civil-militar comparável a outras anteriores. Por um lado, tal interferência é, do ponto de vista institucional, a mais grave depois das verificadas nos inícios do Estado Novo: a aplicação do famoso Decreto-Lei 535/73 resultaria numa desvalorização da preparação profissional específica e é contra ela que se organiza uma resposta generalizada, conseguida sobre princípios de defesa dos interesses institucionais militares. Por outro lado, para além dos militares que se opõem às determinações das autoridades governativas, está uma instituição cuja importância estrutural viera crescendo no seio da sociedade portuguesa e do Estado, mas que não encontra possibilidade de exercer a sua influência nas decisões respeitantes à política militar.

Acentua-se a divergência de interesses entre o sector militar e autoridades governativas: o prosseguimento da guerra e mesmo a perda de alguns territórios significaria uma ausência de vitória, ou mesmo uma derrota, que atingiria especialmente as Forças Armadas, mas que poderia permitir a manutenção da elite política no poder; uma solução política (ou seja, negociada e não militar) significaria uma derrota política para os governantes, mas permitiria às Forças Armadas manter o seu prestígio.

Finalmente, a nível contextual, a ausência de legitimidade democraticamente avaliada tornava a política do Governo socialmente não representativa dos interesses nacionais, e deixava espaço para a procura de uma identificação *nacional* por parte

das Forças Armadas, facilitando a legitimação de uma intervenção no sentido de uma mudança, não só de governo, mas de regime.

QUADRO I

EXÉRCITO

Oficiais no serviço activo do Quadro Permanente

Anos	Quadro Orgânico		Existências reais	
	Total de of.	Of. Gen.	Total de of.	Of. Gen.
1905	2343	27	3173	29
1910 (1911)	2641	30	3336	30
1915	2713	20	3464	23
1920	2852	20	4794	26
1925	2789	20	4888	36
1930	2756	20	4777	26
1935	2843	20	4315	24
1936	2819	—	4314	—
1940	2793	18	3194	21
1944	2740	18	3051	19
1947	2690	—	3062	—
1950	2622	41	3173	46
1955	2483	38	3084	48
1958	2637	—	3150	—
1960	2631	39	3305	58
1965	2631	39	3746	67
1970	2622	39	4094	72
1973	3162	—	4164	—

Nota: Não inclui Quadro Especial, Quadro de Of. Milicianos e Quadros Auxiliares.
 Fonte: Listas de Antiguidades do Exército referentes aos anos mencionados.

QUADRO II

MARINHA

Oficiais no serviço activo do Quadro Permanente

Anos	Quadro Orgânico		Existências reais	
	Total de of.	Alm.	Total de of.	Alm.
1905	499	7	690	9
1910 (1911)	496	4	639	4
1915 (1916)	603	4	696	7
1920	668	7	805	25
1925	675	7	858	20
1930	681	7	735	14
1935	681	7	734	11
1940	622	6	712	8
1945	632	6	753	5
1950	633	6	793	5
1955	860	17	861	24
1960	930	17	953	21
1965	1281	18	1130	34
1970	1500	18	1305	34
1974	1601	18	1299	27

Fonte: Listas da Armada referentes aos anos mencionados.

QUADRO III

FORÇA AÉREA

Oficiais no serviço activo do Quadro Permanente

Anos	Quadro Orgânico		Existências reais	
	Total de of.	Of. Gen.	Total de of.	Of. Gen.
1955 (1956)	444	4	392	6
1960	777	7	(mais 170, Q.C.) 592	11
1965	789	9	(mais 342, Q.C.) 936	19
1970 (1968)	784	12	(mais 993, Q.C.) 1187	21
1973	879	11	(mais 1631, Q.C.) 1421 (s/ dados sobre Q.C.)	43

Fonte: Listas do Pessoal da Força Aérea, n.º 1-5.

QUADRO IV

Tempos de permanência no generalato

EXÉRCITO

Anos \ Décadas	1930-39	1940-49	1950-59	1960-69	1970-74
	n.º de casos	n.º de casos	n.º de casos	n.º de casos	(24/4/74) n.º de casos
Até 3	4 (8,9%)	3 (10%)	8 (21,1%)	6 (15,8%)	3 (12%)
De 4 a 6	22 (48,9%)	16 (53,3%)	22 (57,8%)	18 (47,4%)	6 (24%)
7 e mais	19 (42,2%)	11 (36,7%)	8 (21,1%)	14 (36,8%)	16 (64%)
Total	45 (100%)	30 (100%)	38 (100%)	38 (100%)	25 (100%)

Notas: a) Mortos no activo ou sem informação da data de passagem à reserva: 21.

b) De 1927 a 1929 passaram à reserva 11 generais, dos quais 3 (25%) com permanências de 4 a 6 anos e 9 (75%) com permanências de 7 e mais anos.

Fonte: Listas de Antiguidades do Exército: todos os anos desde 1927 a 1974.

QUADRO V

Proporção de Ministérios preenchidos por militares
1926-1972

Ministérios (N.º de ordem)		Ministérios (N.º de ordem)	
Ditadura de 28 de Maio (28-5-1926 / 17-6-1926)		A. Fragoso Carmona 56.º Min.	8/18
47.º Min.	10/10	F. Craveiro Lopes (1951-1958)	
48.º Min.	8/10	56.º Min. (cont.)	4/11
49.º Min.	8/10	Américo Tomaz (1958-1974)	
A. Fragoso Carmona (26-11-1926 — Int.º) (1928-1951)		56.º Min. (cont.)	5/14
50.º Min.	7/10	Américo Tomaz 57.º Min.	3/14
51.º Min.	7/10		
52.º Min.	7/10		
53.º Min.	7/10		
54.º Min.	3/10		
55.º Min.	4/12		

Fontes: Orgânica governamental, sua evolução e elencos ministeriais constituídos desde o 28 de Maio de 1926 a 31 de Março de 1972. Publicação da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, Lisboa, 1972.

Listas de Antiquidades do Exército, 1926-1972.

Listas da Armada, 1926-1972.

Rocha Martins, *História de Portugal*.

QUADRO VI
Despesas militares

Percentagem despesas sobre públicas totais Anos	Ministério da Guerra (Exército)	Ministério da Marinha	Encargos Gerais da Nação, c/ Defesa Nacional *	M. da Guerra + M. Marinha + D. Nacional
1947	14,1	8,1	—	22,2
1948	12,7	9,3	—	22,0
1949	13,2	7,1	—	20,3
1950	15,8	7,5	—	23,3
1951	15,1	6,8	—	21,9
1952	11,5	6,5	7,7	25,7
1953	10,1	5,9	—	16,0
1954	11,1	5,9	14,3	31,3
1955	11,2	6,2	—	17,4
1956	11,7	6,1	8,5	26,3
1957	11,8	6,3	—	18,1
1958	10,8	6,1	8,0	24,9
1959	11,1	6,2	8,3	25,6
1960	7,0	5,1	14,0	26,1
1961	6,0	4,2	25,8	36,0
1962	5,9	4,1	28,3	38,3
1963	5,8	4,1	27,9	37,8
1964	5,9	4,0	27,9	37,8
1965	5,4	4,0	31,3	40,7
1966	5,5	4,1	30,7	40,3
1967	4,8	3,9	32,2	40,9
1968	4,7	3,7	34,0	42,4
1969	4,7	3,7	31,6	40,0
1970	4,8	3,9	30,2	38,9
1971	6,0	3,8	29,1	38,9
1972	4,2	4,0	26,6	34,8
1973	3,7	3,7	25,2	32,6

Fonte: Conta Geral do Estado referente aos anos 1947-1973.

(*) Inclui Secretaria de Estado da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrahamsson, B. (1972), *Military Professionalization and Political Power*, Beverly Hills, Calif., Sage.
- Horowitz, I. L. (1982), *Beyond Empire and Revolution — Militarization and Consolidation in the Third World*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Huntington, S. (1957), *The Soldier and the State*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Nordlinger, E. (1977), *Soldiers in Politics: Military Coups and Government*, Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall.
- Sarkesian, S. (1983), «Military Professionalism and Civil-Military Relations», in A. Bebler (org.), *Civil-Military Relations, International Political Science Review*, Vol. 2, n.º 3 (special issue).
- Welch, C. (1976), «Civilian Control of the Military: Myth and Reality», in C. Welch (org.), *Civilian Control of the Military*, Albany, N. Y., State University of New York Press.